

## FORMAÇÃO DO PROFESSOR E O MAL ESTAR DOCENTE

Iêda Fátima da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

Essa pesquisa oportuniza a discussão acerca do sofrimento psíquico de professores enquanto fenômeno contemporâneo que se manifesta através do desinteresse, desgaste físico e psíquico, degradação da imagem e autoestima decorrentes das condições de trabalho, da desvalorização profissional, da proletarização docente e da precarização do trabalho no âmbito escolar. O trabalho do professor e a relação saúde/doença, passo em revista o estado da arte que lida com o referenciamento sobre o estresse, o sofrimento psíquico e o mal-estar docente como um conjunto de elementos resultantes das condições de trabalho do professor. Evidenciam-se no estado da arte que arregimento, as frágeis e complicadas condições de trabalho de um lado, e as super exigências que as demandas por educação de qualidade e as políticas públicas colocaram para estes profissionais. Uma espécie de “corda atada entre dois abismos”. Falta de condições para realizar o seu ofício, associado ao aumento significativo de atividades para dar conta das intensas mudanças do ato de educar na contemporaneidade. Para fundamentar essa discussão teórica utilizei do recurso da revisão de literatura baseada na coleta de dados voltado para a busca de material bibliográfico especializado e pertinente fundamentado em estudos de autores como; ESTEVE (1995,1999), APPLE(1990),SOUZA(2003), SCHERER (2003), DELCOR(2004 )verifica-se então que o quadro patológico apresentado pelos professores no decorrer da condições de trabalho e revelador dos fatores contribuem para esses estudos . O adoecimento do docente tem o estatuto, portanto, de um mal-estar. Manifesta um adoecimento social que é histórico e sócio materialmente e historicamente determinado.

**Palavras-chave:** Formação de professor, Mal-estar docente, Sofrimento psíquico.

### INTRODUÇÃO

A nova ordem mundial não se constitui humana e igualitariamente, e vem transformando-se com uma nova roupagem de exploração, pautando-se no pressuposto de que as relações comerciais e industriais determinam as relações sociais.

Nessa perspectiva, o papel social da educação, o processo de produção e os processos educativos são marcados por concepções conflitantes e antagônicas. Para a classe dominante, a educação está subordinada à demanda do capital: potencializar o trabalhador para a apropriação apenas da técnica, fundamentada na ideologia da produção a fim de satisfazer as demandas do mercado. E na perspectiva da classe trabalhadora a educação deve estar voltada para fazer valer os seus interesses econômicos, políticos e culturais ampliando espaços de expressão, desenvolvendo suas potencialidades e apropriação do saber social.

---

<sup>1</sup>Professora da Universidade do Estado da Bahia. Mestre em Família na Sociedade Contemporânea-UCSAL  
iedamacy@gmail.com;

Vivemos no mundo em crise acelerada, conseqüentemente arrematado pelo imprevisto, no qual a força física para o desempenho no trabalho foi cada vez mais sendo substituída pela capacidade cognitiva e afetiva para não mais produzir bens materiais, mas sim, para a produção em larga escala dos bens simbólicos. E aí pergunta-se qual o papel da educação nesse mundo contraditório, em que a ganância máxima no menor tempo foi elevada a categoria de valor universal? Como fica a formação humana quando o mundo retrocede em termos de valores humanos? Quais as condições para o desenvolvimento profissional quando na verdade o direito à saúde, ao emprego, e à moradia, etc. se tornam vulneráveis? De que forma o trabalhador da educação, com destaque ao professor, vem enfrentando essas tensões provocadas pela exigência do mundo do trabalho? Como o professor tem vivenciado e inventado saídas para a crise que se estabelece e é traduzida no chão da escola com seus pares, alunos e familiares?

Nesse contexto, a categoria docente é uma das mais expostas e exigidas dentre as categorias profissionais, sofrendo críticas e cobranças da sociedade, das instituições, dos alunos e de suas famílias.

O cenário educacional contemporâneo lança os professores num contexto de precarização da rede pública de ensino evidenciado através de péssimas condições de trabalho, com sobrecarga de tarefas e atribuições e baixos salários, aumento do número de alunos, pressão por qualificação profissional, falta de apoio institucional, o que vem acarretando uma crise política, socioeconômica, psicoafetiva e ética na vida dos professores.

Segundo Esteve (1999), os profissionais da educação tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho, ainda que não se tenha vislumbrado melhorias no exercício docente.

A relação que os professores estabelecem com o seu trabalho e com as pessoas que se constituem como pares na execução das tarefas educativas provocam situações ambíguas como a satisfação e a insatisfação, o interesse e a desmotivação, a coragem e a fadiga, a saúde e a doença. Situações paradoxais que envolvem os docentes cotidianamente no exercício do ofício profissional.

No trabalho aqui apresentado, o foco de interesse é aprofundar a reflexão fazendo uma análise crítica acerca dos professores que são protagonistas desse cenário exposto e que desenvolvem um estado de adoecimento, apesar de resistirem e criarem estratégias de defesas, mas que por múltiplos fatores de ordem física, sociais e psíquicas apresentam

sintomatologias, traduzidas em sofrimento e mal – estar, que promovem em última instância a necessidade do afastamento do trabalho para cuidar da saúde.

Segundo Delcor et al. (2004), o trabalho na vida dos indivíduos possui vários significados. Se por um lado faz o ser humano sentir-se feliz, realizado, por outro também pode se transformar em um elemento patogênico, tornando-se nocivo à saúde. Estudos realizados em todo o mundo apontam que os educadores correm o risco de sofrerem esgotamento físico e mental, levando-se em consideração as dificuldades materiais e psicológicas associadas ao exercício da docência. No ambiente de trabalho, os processos de desgaste do corpo são determinados quase sempre pelo tipo de trabalho e pela forma como o mesmo está organizado.

O esgotamento físico e mental são sintomas que emergem na vida do professor a ponto de se transformarem em transtornos mentais graves, sinais que podem interferir no desempenho profissional.

Nessa direção, a pesquisa propõe uma reflexão sobre a relação saúde/doença dos professores levando em consideração as condições de trabalho, o seu estado de adoecimento representado através das patologias.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender o sofrimento psíquico e o mal-estar docente de professores e a sua interface com o trabalho, repensando a relação saúde/doença no âmbito escolar, nas atividades profissionais e na formação docente.

Como objetivos específicos, aprofundar a discussão e reflexão acerca das condições de trabalho dos professores e destacar os sintomas derivados dessa relação que se estabelece no ambiente escolar.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho apresenta características eminentemente sociais daí a opção pela pesquisa qualitativa. No elenco dos procedimentos metodológicos está o delineamento, que tem papel importante na pesquisa científica. GIL (1999, p. 94) afirma que: “A palavra delineamento focaliza a maneira pela qual um problema de pesquisa é concebido e colocado em uma estrutura que se torna um guia de coleta de dados e análise”.

Nesse trabalho utilizei do recurso metodológico da revisão de literatura. A coleta de dados voltou-se para a busca de material bibliográfico e documental que suscitasse uma reflexão sobre a problemática que envolve o sofrimento psíquico e mal-estar docente dos

professores, assim como refletido nos estudos especializados que aqui constituem o estado da arte por mim triado.

Segundo Gil (1991), a revisão de literatura é descrita como a busca de informações sobre um tema ou tópico que explana a situação dos conhecimentos sobre um problema de pesquisa. O principal objetivo da revisão de literatura é fornecer uma síntese dos resultados de pesquisa, para auxiliar o profissional a tomar decisões. Esta ação metodológica é, nesta investigação, uma oportunidade de crítica, possibilitando uma montagem de redes semânticas, corroborando na elaboração de uma lógica que permite problematizar os interesses para a investigação, ao mesmo tempo em que problematiza um objeto complexo, usando do dispositivo da informação multi-fonte para compreender com grau de profundidade necessário essa mesma complexidade. Neste tipo de estudo são abordados os tópicos relevantes sobre o tema, de forma a proporcionar ao leitor, uma compreensão do que existe publicado sobre o assunto aqui triado na composição de um estado da arte seguindo o critério da pertinência. Assim, a revisão tem uma função integradora e facilita o acúmulo de conhecimento.

Foram selecionadas dissertações, teses, livros e artigos relativos à temática e aos objetivos delimitados. Trata-se de um estudo que recolhe esforços reflexivos de caráter explicativo. Na concepção de Silva e Menezes:

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (SILVA; MENEZES, 2001. p. 20).

A pesquisa de base qualitativa tem caráter descritivo, situando-se no campo das investigações qualitativas que se baseiam nas discussões teórico-críticas propiciadas pela aproximação dos estudos realizados sobre a realidade emocional dos docentes inscritos profissionalmente no sistema brasileiro de educação básica. A organização do material consiste do processamento da leitura, por meio de técnicas como fichamento, levantamento qualitativo de termos, cotejamento de descritores para estabelecer diferenças axiológicas, aproximações, tensões, complementariedade, contradições. Conforme Bruyne (1991, p.16) “na realidade histórica de seu devir, o procedimento científico é ao mesmo tempo aquisição de um saber, aperfeiçoamento de uma metodologia, elaboração de uma norma”.

Enquanto constructo histórico, a pesquisa é validada tão somente pelos protagonistas do dinamismo social que, numa visão contemporânea, não é apenas atributo do investigador, mas das ações integradas dos atores que dela fazem parte. É imprescindível reconhecer que além da consciência, sujeito e objeto são constitutivos de identidade, além de ser intrínseca e extrinsecamente ideológica. Nesse sentido, Minayo afirma que:

Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudo se estabelecem definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto, aos resultados do trabalho e sua aplicação. (MINAYO, 1994, p. 14).

Essa afirmação vem corroborar com esse estudo por se tratar de um tema eminentemente social, que atinge todas as áreas de atuação profissional, e que nesse estudo o destaque se refere aos professores que em escala universal apresentam as sintomatologias e patologias seguindo o topo do ranking entre as doenças ocupacionais que progressivamente vem se torando endêmicas. Imerso nesse contexto compreendemos à luz da teoria e do percurso metodológico o sofrimento psíquico e o mal-estar docente na profissão e na formação por se constituir de forma indissociável da vida de professores, tendo em vista o seu caráter social e qualitativo para a reconstrução do seu significado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As condições de trabalho são matérias e históricas e se constituem num contexto de relações construídas no âmbito escolar numa arquitetura micro, porque vai para além dos muros da Escola, assim como transcendem as relações materiais, as questões subjetivas determinam a materialização dos afazeres da prática docente e da constituição de subjetividades. De acordo com Esteve (1999), “as condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente. Tais condições afetam a saúde – física e mental – dos professores, levando-os ao absenteísmo e às vezes, ao abandono de profissão”. Constitui-se como um grande desafio na sociedade contemporânea o processo saúde/adoecimento do trabalhador. Em particular, é bastante desafiador entender as relações que se estabelecem entre o trabalho do professor, seu contexto, e as condições que originaram e desenvolveram os fenômenos de adoecimento físico-mental.

As mudanças sociais, econômicas e políticas, as reformas educacionais, os modelos pedagógicos derivados das condições de trabalho dos professores, promoveram

transformações na profissionalização docente. De acordo com Souza et al. (2003), até 1960, a maior parte dos trabalhadores da educação gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de um certo prestígio social. Já a partir dos anos de 1970, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles a educação. Nesse sentido, Esteves (1999, p. 108) afirma que:

Nos últimos 20 anos houve uma grande fragmentação da atividade do professor: muitos profissionais fazem mal os seus trabalhos menos por incompetência e mais por incapacidade de cumprirem, simultaneamente, enorme leque de funções [...] a ideia que se repete [...] é a de que o professor está sobrecarregado de trabalho sendo obrigado a realizar uma atividade fragmentária lutando em frentes distintas atendendo simultaneamente, uma tal quantidade de elementos diferentes que se tornam impossível dominar todos os papéis.

Esta pesquisa destaca o trabalho do professor, por representar historicamente as transformações ocorridas na formação e na profissionalização docente caracterizada por exigências externas e internas ao processo educativo. Há aspectos externos ligados às exigências ditadas pelas políticas públicas e institucionais, as demandas sociais de forma abrangente e das famílias dos alunos de forma direta e específica. Em se tratando de exigências internas, subjetivas e derivadas das tensões e sobrecargas de trabalho, os compromissos que os professores assumem extrapolam a missão profissional para além da sala de aula, nas relações que se estabelecem com seus pares, com seus familiares, com o sujeito da vinculação pessoal e social. Os conflitos se manifestam como um amalgama estabelecido no cotidiano, tanto no nível físico, quanto psíquico, que na maioria das vezes se apresentam sob a forma de tensões, estresse, medos, inseguranças, incertezas, insatisfações, que corroboram com os sintomas de adoecimento manifesto pelo mal-estar, sofrimento psíquico, patologias físicas e doenças mentais.

Segundo Souza et al. (2003), nos anos de 1990, as precárias condições do trabalho docente, mostram sua associação com sintomas mórbidos e elevada prevalência de afastamento por motivo de doença pela categoria, além dos pedidos de afastamento para acompanhar parentes doentes. Faz-se necessário, para um melhor entendimento dessa discussão, definir e ampliar conceitualmente esses termos no sentido de compreender os sintomas e as manifestações que se abatem sobre os professores atingindo sua vida profissional e pessoal/familiar, estreitamente relacionado à sua atuação.

Esse propagado mal-estar atinge parte significativa dos professores que é representado pela necessidade de desenvolver um bom trabalho, apesar das dificuldades, como também pelo

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

desejo de abandonar a docência em consequência da resistência e retaliação das políticas públicas e institucionais, reagindo sob a forma de neutralizar o controle institucional, buscando a desculpabilização pelo insucesso escolar.

WISNER (1994) compreende que toda atividade, inclusive o trabalho, tem pelo menos três aspectos: físico, cognitivo e psíquico. O aspecto físico corresponde ao esforço físico necessário para a execução da tarefa; ao cognitivo, os processos de tomada de decisão como aspecto principal, mas não como único, e ao psíquico, conflito produzido pelos constrangimentos gerados na organização técnica e social do trabalho.

Compreendendo que um professor é antes de tudo um trabalhador e, por conseguinte, organiza as tarefas, prevê responsabilidades, possuindo uma jornada de trabalho específica e remuneração que deveria corresponder ao esforço e às necessidades, deveria ser considerado e respeitado pela sua luta incessante para se manter saudável na profissão. As cobranças universais recaem sobre a sua profissionalização acrescida das peculiaridades inerentes ao exercício docente. As condições de trabalhos mobilizadas pelos professores, pelas suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas, para atingir aos anseios da produção escolar, são geradores de sobre-esforço ou hiper-solicitação de suas funções psico-fisiológicas.

A carga afetiva e intelectual do trabalho docente exige do professor um hiper-esforço psíquico, imbricado no desempenho fisiológico que acontece simultaneamente para atender as variadas demandas do processo do ensino-aprendizagem.

No aspecto psíquico o trabalho docente é caracterizado por relações interpessoais envolvendo a discussão e o debate entre o professor e o aluno. O trabalho específico do professor é intelectual, lhes é imputado a responsabilidade de preparar o aluno para interagir com a sociedade. A palavra educador vem do latim *educere*, aquele que cria, pai, o que faz as vezes do pai (CODO, 1999; ESTEVE, 1999).

As situações adversas existentes no âmbito do exercício profissional dos professores são documentadas à exaustão: o trabalho é realizado de forma conflituosa; o cenário educacional enseja narrativas cujo conteúdo é constituído de uma baixa estima consequente da desvalorização salarial, das condições reais de trabalho, do “estresse” ocupacional, das comprometidas relações institucionais e pessoais. Todo este conjunto de fatores derrisórios suscitam um desprestígio social e abatimento emocional indutores de um sentimento de estranheza. Barton e Walker (apud esteve, 1999, p. 28) afirmam que:

[...] nos últimos anos, tem aumentado as responsabilidades e exigências que se projetam sobre os educadores, coincidindo com um processo histórico de uma rápida transformação do contexto social, o qual tem sido produzido em uma modificação do papel do professor, que implica uma fonte importante de mal-estar para muitos deles, já que tem sido provocador desse mal-estar que acomete o professor e que implica diretamente sobre a sua ação em sala de aula, gerando conseqüentemente tensões associadas a sentimentos e emoções negativas, afetando sobremaneira a atividade docente ao promover significativas diminuições na sua motivação e implicação com o trabalho.

Os sintomas psíquicos acumulados ao longo da trajetória profissional influenciam fundamentalmente sobre a autoimagem e a sua profissionalidade, construindo uma crise de identidade profissional traduzida, inclusive, pelo desejo de abreviar o tempo de serviço, antecipando aposentadoria, ou com mudanças de profissão e até mesmo abandono de serviço.

Essas reações sintomáticas muitas vezes se materializam sob a forma de patologias físicas e psíquicas, consideradas, às vezes, como mecanismo de defesa ou subterfúgios para o não enfrentamento, ou como momentos de interrupções e paralisação das atividades inerentes à profissão, ampliando o tempo das licenças médicas e os afastamentos temporários no ciclo vital das funções docentes. Nesse sentido, tenho me perguntado sobre a formação profissional construída através da trajetória de vida dos professores. Como o mal-estar docente tem se manifestado na vida profissional e pessoal desses professores? Quais as estratégias de enfrentamento do mal-estar dos professores?

O século XXI traz em si uma dinâmica na evolução dos fenômenos naturais – biológicos; psicossociais (a subjetividade humana); sociais (a sociedade em crise) que potencializa os avanços através das grandes transformações. Mas, contraditoriamente, apresenta retrocessos e antagonismos vivenciados pelos homens e mulheres na sociedade contemporânea.

Por um lado, vivenciamos as inovações tecnológicas, a informatização, a aceleração da comunicação através da velocidade permitida pelos meios e multimeios tecnológicos, os domínios da informação para atender a um mercado emergente e que tem no seu interior o consumo como princípio. A crise política derivada dessa desestruturação, corrupção e ausência de ética, evidencia a corrida pelo poder e por outro lado as desigualdades socioeconômicas e culturais porque passa a maior parte do mundo. Segundo Delors (1999, p. 71-72):

O aparecimento e desenvolvimento de ‘sociedades de informação’, assim como a busca do progresso tecnológico que constitui, de algum modo, uma tendência forte dos finais do século XX, sublinham a dimensão cada vez mais imaterial do trabalho e acentuam o papel desempenhado pelas aptidões intelectuais e cognitivas. [...] Trata-se, antes, de formar para a inovação

pessoas capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações.

A crise que se estabelece no mundo contemporâneo repercute nos mecanismos de formação profissional. E em se tratando da formação de professores, é importante ressaltar que a crise se acentua porque demanda diversas competências para atender a essas exigências ditadas pela sociedade.

Historicamente, essa formação do professor vem sofrendo alterações a partir das mudanças sociais, fato confirmado quando Nóvoa investiga qual foi o tratamento dispensado à categoria profissional dos educadores, mencionando estudos de Ball e Goodson (1989) e Woods (1991), quando estes se referem:

[...] aos anos 60 como um período em que os professores foram “ignorados”, parecendo não ter existência própria como factor determinante da dinâmica educativa; como uma fase em que os professores foram esmagados, sob a acusação de contribuir para a reprodução das desigualdades sociais; aos anos 70 como uma fase em que os professores que foram “esmagados”, sob o peso da acusação de contribuírem para a reprodução das desigualdades sociais; aos anos 80 como uma década na qual se multiplicaram as instâncias de controlo dos professores, em paralelo com o desenvolvimento de práticas institucionais de avaliação; aos anos 90 e esse início de século é fundamentalmente situado através da formação contínua, onde deveria privilegiar a pessoa do professor, com atenção aos processos de subjetivação vivenciado pelo mesmo, a preocupação centrada no professor vinculado a dimensão pessoal e profissional, tendo em vista a sua indissolubilidade (NÓVOA, 1994, p. 15).

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores a construção de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo, sobre os percursos e os projetos próprios, com vistas à construção da profissionalização docente. Nesse sentido, compreender a situação do professor convivendo com as mudanças sociais e os seus impactos no seio da escola e conseqüentemente no seu “que fazer” docente, nos remete a uma reflexão mais apurada das crises sociais e subjetivas por que passa o professor na sua formação docente e no seu desenvolvimento profissional. Nessas circunstâncias, é preciso retomar o pensamento de Nóvoa (1992), quando diz que mais do que uma profissão desprestigiada aos “olhos dos outros”, a profissão docente tornou-se difícil de viver no interior. A ausência de um projeto coletivo, mobilizador do conjunto da

classe docente, dificultou a afirmação social dos professores, dando azo a uma atitude defensiva mais própria de funcionários do que de profissionais autônomos.

O fenômeno da proletarização ascende no processo de desenvolvimento profissional docente, provoca desgastes, degradação da imagem, do poder e da autonomia, causando assim a crise de identidade, que se intensifica e se revela através das tensões e enfrentamentos vivenciados pelos professores na sua vida cotidiana (OLIVEIRA, 2003).

Nessa direção, Esteve (1995, p. 104) afirma que, “paralelamente à desvalorização salarial, produziu-se uma desvalorização social da profissão docente. Esse é um dos aspectos a ser considerado como propulsor do mal-estar que abate os profissionais da área de educação”.

Para corroborar nesse sentido, Raujard e Cole *in* Esteve (1995, p. 104) falam sobre “[...] a valorização negativa do professor como bode expiatório e responsável universal de todos os males do sistema é uma das marcas do nosso tempo. [...] a falta de apoio e de reconhecimento social do seu trabalho é cada vez mais evidente”.

Os impactos sociais referentes à situação dos professores relacionam-se com a crise social e moral a que são frequentemente submetidos, por isso. Conforme Esteve (1995, p. 104),

O julgamento social dos professores tem vindo a generalizar-se. Desde os políticos com responsabilidades em matéria educativa até aos pais dos alunos, todos parecem dispostos a considerar o professor como o principal responsável pelas múltiplas deficiências e pela degradação geral de um sistema de ensino fortemente transformado pela mudança social. Ora, mais do que responsáveis, os docentes são as primeiras vítimas.

O trabalho do professor é sempre percebido e julgado como negativo. As inseguranças, conflitos e medos e angústias referentes ao trabalho estão relacionados por um lado ao acúmulo de trabalho e por outro às exigências sociais. A desvalorização profissional perpassa pelas questões salariais, mas principalmente pela falta de credibilidade social que vem se intensificando historicamente.

O trabalho docente, nessa perspectiva, é demarcado pela degradação e ausência da autonomia, num processo de intensificação desse trabalho, com uma inflação de tarefas e sobrecarga permanente de atividades. A complexidade que reveste a profissão do professor não é considerada pela formação em processo. É preciso uma reflexão crítica sobre as fontes

geradoras dessa problemática, uma vez que a própria formação muitas vezes forja a origem desses problemas, atribuindo ao professor a culpa sobre os acontecimentos, levando-os, na maioria das vezes, a incorporarem essa culpa pelos fracassos e degradação do sistema.

A intensificação leva os professores a seguir por atalhos, a economizar esforços, a realizar apenas o essencial para cumprir a tarefa que têm entre mãos; obriga os professores a apoiar-se cada vez mais nos especialistas, a esperar que lhes digam o que fazer, iniciando-se um processo de depreciação da experiência e das capacidades adquiridas ao longo dos anos. A qualidade cede lugar à quantidade. [...] Perdem-se competências colectivas à medida que se conquistam competências administrativas. Finalmente, é a estima profissional que está em jogo quando o próprio trabalho se encontra dominado por outros actores (APPLE; JUNGCK, 1990, p. 56).

De acordo com ESTEVE (1999), “as condições de trabalho constituem um dos fatores principais do mal-estar docente. Tais condições afetam a saúde – física e mental – dos professores, levando-os ao absenteísmo e às vezes, ao abandono de profissão”. Constitui-se como um grande desafio na sociedade contemporânea o processo saúde/adoecimento do trabalhador. Em particular, é bastante desafiador entender as relações que se estabelecem entre o trabalho do professor, seu contexto, e as condições que originaram e desenvolveram os fenômenos de adoecimento físico-mental.

O sistema educacional vem enfrentando, nas três últimas décadas, crises sem precedentes, com os professores reivindicando melhores condições de trabalho, aumento salarial, respeito à dignidade do mister de parte da sociedade, dos seus pares, dos alunos e de seus familiares. Exige-se desses profissionais boa qualificação, atualização de conhecimento e qualidade de ensino. CODO E JACQUES (2002) afirmam que:

O modo como os homens vivem (e trabalham) determina o modo como os homens são “e que” o perfil de morbidade e de mortalidade da população é uma condição socialmente produzida e definida pela inserção dos indivíduos nos processos de apropriação e transformação da natureza (CODO; JACQUES, 2002, p. 20).

Os mesmos autores ainda afirmam:

É muito difícil reconstituir os nexos entre o individual e o social, particularmente quando se fala de sofrimento psíquico, que por definição se esconde do portador e do outro, além do que o modo como o trabalho se organiza em nossa sociedade, por definição esconde suas determinações fundamentais (CODO. JACQUES, 2002, p. 25).

Segundo Esteve (1999), os profissionais da educação tiveram que se adaptar às características evolutivas dos processos de trabalho, ainda que, na maioria das vezes, não se tenha observado necessariamente uma melhoria das condições desse tipo de exercício profissional.

A atividade de trabalho está fortemente ligada ao processo de adoecimento dos trabalhadores sendo que a atividade docente é exigida ininterruptamente, tanto no espaço escolar, o *locus* no qual a sua atividade laboral acontece, quanto no doméstico, pois nada negligenciável é observar que os seus desdobramentos em atividades extraclasse acontecem na maioria das vezes nos espaços domésticos familiares. As características mais frequentes que estão associadas ao adoecimento são relacionadas diretamente ao trabalho repetitivo, ambiente estressante, ritmo acelerado, fiscalização contínua e pressão por parte dos superiores. As pesquisas evidenciam que as condições de trabalho, precarização do ensino e a percepção que o professor tem sobre sua realidade profissional, têm relação direta com a sua saúde.

Relativamente ao sofrimento psíquico, só a partir da década de 1990 é que os estudos no âmbito da formação do professor voltam um olhar mais específico para as questões subjetivas, principalmente na área da saúde e da psicologia. Esse interesse cresce à medida que simultânea e progressivamente os professores sinalizam e apontam sua demanda, e de forma concreta o seu adoecimento psicológico.

O campo de estudos de saúde mental e trabalho tem como foco principal de investigação a situação de trabalho (FONSECA, 2001), sendo variados os fenômenos decorrentes e associados a saúde mental: estresse laboral, tensão decorrente da vida laboral, fadiga mental, fadiga psicológica, burnout e síndrome neurótica do trabalho, dentre outras.

CRUZ (2005) explica que a carga de trabalho presente em todas as atividades, inclusive na dos professores, está entre os esforços físicos, cognitivos e psicoafetivos, que podem em muitos casos ser incompatíveis com as condições que o trabalhador tem para executá-los.

O professor enfrenta as necessidades de adaptação das condições sociais, econômicas, tecnológicas e ainda pela exigência contínua de se manter atualizado diante das transformações do conhecimento científico, da velocidade e inconstância das informações, da enfermidade nas relações cotidianas que acabam vulneráveis às manifestações do estresse. BAUMAN em sua obra *Tempos Líquidos*, nos mostra como o contemporâneo e as mudanças

rápidas afetam a vida do ser humano, mudando seu comportamento e suas relações com o trabalho. “A liquidez da vida e da sociedade se alimenta e se revigora mutuamente. A vida líquida, assim com a sociedade líquido-moderna, não pode manter a forma ou permanecer por muito tempo.” (BAUMAN, 2009, p.7).

Para compreender o conceito de estresse, recorresse-se historicamente à Cannon em 1914, usou a resposta do organismo para uma situação percebida de risco ou fuga. SELYE (apud SCHERER, 2003) apresenta três estágios distintos, que ele chama de: 1º. reação de alarme, 2º. reação de adaptação, quando o organismo se mantém exposto ao “risco” e, a 3º. reação de resistência com caráter de oposição a reação de alarme. No terceiro estágio, o organismo chega a “exaustão” por permanecer em estado de alerta; é o estágio final, em que ocorre o burnout. O estresse é considerado uma das principais causas que levam à incapacidade no trabalho.

COOPER E SMITH (1998); indicam que a qualidade das relações de trabalho, principalmente entre supervisores e equipe, configura-se como fator fundamental para promoção da saúde do trabalhador e da organização.

Para LEVI (1998), o termo estresse é utilizado na biologia e na medicina para denominar um processo corporal, uma estratégia de adaptação do indivíduo a qualquer situação à qual se encontra exposto, representando um conjunto de respostas do corpo às múltiplas exigências e pressões. Como definiu SELYE (1959) o estresse é o grau de desgaste total causado pela vida.

O termo estresse se popularizou a partir do uso da medicina, mas também é utilizado dessa maneira na produção do conhecimento científico nas várias áreas. Faz-se imprescindível que a discussão sobre o estresse ocorra de forma interdisciplinar. Para a física (da qual o conceito se origina), estresse se refere a uma força de resistência interna oferecida pelos materiais sólidos ante as forças externas (cargas). Tanto à luz da medicina, quanto da psicologia, originariamente o estresse aparece tanto para controlar condições externas ou uma força imposta ao organismo, como para fazer referência às respostas desse mesmo organismo ante a essas forças.

Na perspectiva social, ANESHENSEL (1992) afirma que as concepções de estresse usualmente enfatizam o estado de excitação, resultante tanto das demandas socioambientais,

que sobrecarregam a capacidade de adaptação do indivíduo, como da ausência de recursos para responder às demandas intensas.

CASSEL (1974), ao discutir a relação entre os processos psicossociais e o desencadeamento de estresse, afirma que a procura por novas categorias no ambiente que podem desencadear patologias se deu a partir do reconhecimento das limitações do modelo biomédico utilizado por SELYE (1965, p. 65), quando afirma que o estresse significa “síndrome específica, constituída por todas as alterações não específicas produzidas no sistema biológico”.

As ideias apresentadas por ANESHENSEL (1992) indicaram a influência dos aspectos sociais e culturais sobre a saúde e na determinação do estresse. CASSEL (1974) ressalta que estressores são variáveis ambientais que desencadeiam o fenômeno e que afetam diferentemente as pessoas.

Chama-se de stress a um estado de tensão que causa uma ruptura no equilíbrio interno do organismo. É por isso que às vezes, em momento de desafios, nosso coração bate rápido demais, o estômago não consegue digerir a refeição e a insônia ocorre. Em geral, o corpo todo funciona em sintonia, como uma grande orquestra. Desse modo, o coração bate no ritmo adequado às suas funções; pulmões, fígado, pâncreas e estômago têm seu próprio ritmo que se entrosam com o de outros órgãos. A orquestra do corpo toca o ritmo da vida com equilíbrio preciso, Mas quando o stress ocorre, esse equilíbrio, chamado de homeostase pelos especialistas, é quebrado e não há mais entrosamento entre os vários órgãos do corpo. (LIPP, 2000, p. 12).

Dentre os estudos acerca do estresse do professor a psicóloga Helga Reinhold (1996) traz muitas contribuições nessa área e realizou uma revisão das pesquisas sobre o estresse do professor em diversas partes do mundo e os resultados mostraram que os principais estressores são: 1) condições de trabalho (falta de tempo, sobrecarga, ausência de recursos); 2) falta de colaboração e comunicação entre os colegas; 3) fatores interpessoais (situações de vida, momento, família etc.); 4) imagem profissional negativa (“uma profissão de que não se tem o que esperar”); 5) os próprios alunos (desmotivados, difíceis, classes numerosas, alunos com problemas escolares, emocionais ou comportamentais); 6) pais de alunos (expectativas exageradas sobre os filhos e, como consequência, a cobrança ao professor); 7) fatores administrativos (oportunidades limitadas de promoção, burocracia excessiva, falta de apoio, atitudes diretivas e excesso de cobrança).

Nesta perspectiva de análise há um consenso quanto à percepção do indivíduo relacionado ao evento estressor e do ambiente no processo de produção de sintomas. Cooper (1998) sustém que existem seis fontes de estresse - fatores intrínsecos do trabalho, posição do trabalhador na organização, relações interpessoais estabelecidas no contexto de trabalho, possibilidade de desenvolvimento de carreira, estrutura e clima organizacionais e relação entre a dinâmica familiar e o trabalho. Para o autor, a produção de estresse psíquico no trabalho se dá a depender da percepção que o sujeito tem destas esferas, podendo assim, desencadear sintomas individuais e organizacionais. (COX; GRIFFITHS; GONZÁLEZ, 2000; LADEIRA, 1996).

Legítima a indagação: sabendo que o estresse é componente inerente ao viver e ao trabalhar, existe alguma especificidade deste fenômeno na atividade docente?

A profissão docente é muito importante na vida de todas as pessoas. Esse fato lhe imputa maior responsabilidade sobre o outro, sobre a formação do outro, o que acarreta, paradoxalmente, um empoderamento, mesmo que tenha um caráter provisório, assim como lhe causa a sensação de desafio e desequilíbrios constantes. Trata-se de uma atividade que imputa responsabilidade, dedicação e compromisso relevante para a sociedade (CUNHA, 1989).

O professor nasceu numa época, num local, numa circunstância que interferem no seu modo de ser e de agir. Suas experiências e sua história são fatores determinantes de seu comportamento cotidiano. Além disso, ele divide o seu tempo em função do seu projeto de vida. O professor nem sempre apresenta uma vida feliz ou estável. Está sempre na inconstância sobre o seu dever. De acordo com LAMBROU (2004) “estudos realizados sobre a profissão de professor, dizem que a mesma está em terceiro lugar no ranking das profissões estressantes”.

No contexto educacional, a inexistência de políticas de assistência à saúde de forma geral, do bem estar e da progressão profissional do professor deixam de ser elencadas nas proposições das políticas públicas deixando isso sobre a responsabilidade individual, e o enfrentamento dessas questões são consideradas como se não fizessem parte da vida do trabalhador ou no mínimo são ignoradas.

A relação saúde-trabalho é visibilizada quando não elevam os índices de pedidos de licença para afastamentos temporários ou permanentes, sendo em última instância traduzidas por aposentadoria, readaptação funcional ou abandono definitivo da profissão.

São Deuses os professores? O pensamento moderno baseado na disciplina, submissão e controle, personalizam o professor como missionário ou herói. Ao professor é negada a representação da imagem de Sísifo. O reconhecimento do professor como trabalhador é uma ideia contemporânea, que de certa forma não foi concebida nas três últimas décadas. Veicula-se à função docente a doação, o acolhimento, a salvação, a disponibilidade, condição essa construída a partir do sentimento de abnegação e doação. Não é à toa que até os nossos dias usamos a expressão “dar aula”. Quem doa tem o dom da solução e da recompensa, e por isso, nessa dimensão, a ideia de trabalho, cansaço, esgotamento, insatisfação e sofrimento não deve ser atribuído ao trabalho, que nesse caso é considerado santificado. Todas essas manifestações não cabem no âmbito do trabalhador da educação, dado que não foi considerado como sujeito historicamente situado ou protagonista das transformações provocadas pelos aspectos socioeconômicos e políticos promovidos pela sociedade.

Compreender a relação trabalho e saúde tendo em vista a insuficiência dos modelos de saúde ocupacional preconizados no contexto da década de 60, faz-se mister, e nesse sentido Mendes e Dias (1991, p. 334) afirmam que:

O cenário em que isto se evidencia é um movimento social renovado que surge nos países industrializados do mundo ocidental, mas que se espalha mundo a fora marcado pelo questionamento do sentido da vida, o valor da liberdade, o significado do trabalho na vida, o uso do corpo e a denúncia do absentismo de valores já sem significado para a nova geração. Estes questionamentos abalaram a confiança no Estado e puseram em xeque o lado “sagrado e místico” do trabalho cultivado no pensamento cristão e necessário na sociedade capitalista.

Impõe-se nos dias que correm a perspectiva de que o professor é um trabalhador e que as relações que se estabelecem no mundo do trabalho são resultadas da efetiva produção material ou simbólica. Essa compreensão embasa-se no entendimento de que, em sendo trabalhador, o professor deve ser considerado pelo Estado, pela escola, pelos seus pares, alunos e suas famílias como sujeito social que vê o trabalho como organizador da vida e provocador tanto de prazer quanto de sofrimento.

A saúde ou doença foram concebidas ao longo da história como valoração fabricada e constituídas pelo homem para lhe conferir respectivamente felicidade para o labor ou negligência e inutilidade para a manutenção ou destruição desse mesmo labor.

Mendes e Dias (1991, p. 347) afirmam que “[...] a saúde do trabalhador considera o trabalho enquanto organizador da vida social, como espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas igualmente de resistência, de constituição e do fazer histórico”.

O sofrimento psíquico e o mal-estar docente se configuram como um fenômeno contemporâneo decorrente das condições de trabalho e da desvalorização profissional, ao que os especialistas nomeiam de processo de proletarização dos docentes. Os efeitos desses aspectos aqui apresentados pelos professores se desencadeiam em várias instâncias, em sentido específico no cotidiano da sala de aula e, de forma consequente, se desdobra no seio familiar do professor. De que forma esses sintomas são manifestados nesses ambientes, chegando ao limiar da suportabilidade desses professores a ponto de se afastarem da atividade laboral.

Pensando no mundo real e na degradação, fracassos e sofrimentos experimentados pelos professores acometidos pelo mal-estar, recorro à Bourdieu que em “A miséria do mundo” afirma:

Levar à consciência os mecanismos tornam a vida dolorosa, invencível até, não é neutralizá-los; explicar as contradições não é resolvê-las, mas por mais ético que se possa ser sobre a eficácia social da mensagem sociológica, não se pode anular o efeito que ela pode exercer ao permitir aos que sofrem que descubram a possibilidade de atribuir seu sofrimento as causas sociais e assim se sentirem desculpados; e fazendo conhecer amplamente a origem social, coletivamente oculta, da infelicidade sob todas as suas formas, inclusive as mais íntimas e as mais secretas (BORDIEU, 2001, p. 735).

Diante de tantas responsabilidades, das aceleradas mudanças sociais, do desenvolvimento e ampliação dos meios de comunicação, a desinstitucionalização das famílias, igrejas e outros espaços educativos interferem decisivamente no cotidiano escolar e evidentemente que o professor não escapa desse turbilhão. Para Esteve (1999, p. 5),

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e profissionalidade docente em sua complexidade tem o professor como sujeito em potencial para atuar com os saberes, com as subjetividades, com os contextos reais e simbólicos e paradoxalmente promove o prazer e a satisfação que o ofício confere ao professor, assim como nesse dinamismo lhes possibilita o sofrimento e um mal estar resultantes desse labor e dos próprios contingenciamentos derivados das políticas públicas, e das mazelas que o próprio sistema produz.

Por tudo isso, concluo esse trabalho, longe, indubitavelmente da pretensão de ter esgotado o tema, compreendendo que o sofrimento psíquico e o mal – estar docente que converge da relação do trabalho com a saúde e a doença que envolve questões políticas, econômicas, sociais, educacionais, médicas, governamentais e jurídicas, demandando a necessidade da ampliação no sentido da implantação de políticas públicas que não impliquem apenas a formação e a qualificação do professor, mas a reorganização de ações articuladas que envolvem princípios humanitários no que se refere à saúde e qualidade de vida do professor. Portanto, a exigência de políticas que assegurem o cuidado com o professor e seus familiares.

## REFERÊNCIAS

ANESHENSEL, C. S. (1992). **Social stress: Theory and research**. Annual Review of Sociology.

APPLE, Michael e JUNGCK, Susan. **No hay quer ser maestro para enseñar esta unidad: la enseñanza, la tecnología y el control en el aula**. Revista de Educacion. n. 291, Madrid: Instituto Nacional de Investigación Científica, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009, p. 7.

BORDIEU, P. **A Miséria do Mundo**. 4. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

M

BRUYNE, P. D; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. D. **Distância da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CASSEL, E. J. **An epidemiological perspective of psychosocial factors in disease etiology**. American Journal of Medicine, 64(11): 1040-1043, 1974

CODO, W (coord) **Educação: Carinho e Trabalho**. Petrópolis: Vozes; 1999.

\_\_\_\_\_, W, Jacques MG. Introdução: uma urgência, uma busca, uma ética. In: Jacques MG, Codo W, organizadores. **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes; 2002. p.20 e 25.

COOPER, C. & SMITH, M. (1998). Estilo de dirección. In: J.M. Stellman (Org.) **Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo 2 –factores psicosociales y de organizacion**. Madrid: Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociales.

CUNHA, M. I da. **O Bom professor e sua prática**. 20. Ed. São Paulo: Papirus. 1989.

CRUZ, R. M. Saúde, trabalho e psicopatologias. In AUED, B.W. (org.) **Traços do trabalho coletivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DELCOR, N., S., et al. **Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista**. Bahia. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.187-196. Jan-fev. 2004.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 1999, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI.

ESTEVE, J. M. (1995). Mudanças sociais e função docente. In Nóvoa, A. (Org.), **Profissão Professor**.

\_\_\_\_\_. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. 2 ed Bauru: EDUSC, 1999.

FONSECA, Cândida Clara de O. Pereira da. **O adoecer psíquico no trabalho do professor de ensino fundamental e médio da rede pública no estado de Minas Gerais**. Florianópolis, 2001. Dissertação (mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina.  
Porto: Porto Editora.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Atlas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual**. Trad. Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU/EDUSP, 1980.

LAMBROU, H. **E o estresse como vai**. Disponível em:  
[http://helena.nisthai.com/Meus\\_Textos/meustextos15.htm](http://helena.nisthai.com/Meus_Textos/meustextos15.htm). 2004. Acesso em 02 de julho de 2013.

LEVI, L. (1998) Factores psicosociales, estrés y salud. In: J.M. Stellman (Org.) **Enciclopedia de salud y seguridad en el trabajo 2 – factores psicosociales y de organizacion**. Madrid: Ministerio de Trabajo e Asuntos Sociale.

MENDES, R E DIAS, E.C., 1991. **Da medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador**. Revista de Saúde Pública: São Paulo.

MINAYO, M. C. S.et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NÓVOA. A. **Formação de Professores e Profissão Docente**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, D. E. M. B.; ROCHA, M. S.; FIGUEIROL, M. M. T. **Ressignificando o contexto escolar para a construção de alternativas que atendam a alunos com dificuldades de aprendizagem**. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Inclusão**. Londrina, PR: EDUEL, 2003.

SCHERER, C. G. **Eventos estressores ocupacionais e as manifestações de estresse do professor universitário.** Florianópolis, 2003. Projeto de Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

\_\_\_\_\_. **Stress: a tensão da vida.** 2. ed. Trad. Frederico Branco. São Paulo: Ibrasa, 1965.

SELYE, Hans. **Stress – a tensão da vida.** São Paulo: IBRASA, 1959.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia e elaboração de dissertação.** 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

SOUZA, K. R. et al. (2003) **Trajetória do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ)** na luta pela saúde no trabalho. *Ciência e Saúde Coletiva* *Ciência e Saúde Coletiva* *Ciência*, v. 8, n. 4.

WISNER. A. **A Inteligência no Trabalho: textos selecionados de ergonomia.** São Paulo: FUNDACENTRO, 1994.